



Simulado Final

PM PR

Cadete - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final PM-PR (Cadete)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PM-PR**, cargo de **Cadete**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/KSTRQoFQbP7fuVdB6>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/XeYc>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Suellen Borges*

Instruções: Leia os textos e as questões com atenção, assinalando a alternativa que julgar correta.

TEXTO I

"A busca incessante por informação na era digital tem transformado a maneira como nos relacionamos com o conhecimento. Contudo, essa facilidade de acesso nem sempre se traduz em maior discernimento ou profundidade. Pelo contrário, a superficialidade e a desinformação podem proliferar, desafiando a capacidade crítica do indivíduo. É imperativo que os cidadãos, em especial os mais jovens, desenvolvam habilidades para filtrar e analisar o vasto volume de dados a que são expostos diariamente, a fim de que possam construir uma compreensão sólida e ética do mundo." (Fonte: adaptado da internet)

1. Considerando o Texto I, a palavra "imperativo" no contexto em que se encontra ("É imperativo que os cidadãos...") pode ser substituída, sem prejuízo de sentido e correção gramatical, por:

- a) dispensável
- b) supérfluo
- c) inadiável
- d) opcional
- e) secundário

2. No trecho "Contudo, essa facilidade de acesso nem sempre se traduz em maior discernimento ou profundidade.", a vírgula após "Contudo" justifica-se por:

- a) Separar oração subordinada adverbial de tempo.
- b) Indicar a elipse de um termo.

- c) Isolar um termo conjuntivo de valor adversativo.
- d) Marcar uma intercalação de oração adjetiva.
- e) Separar vocativo.

3. Analise as sentenças abaixo sobre o Texto I e assinale a alternativa CORRETA quanto à concordância verbal e regência nominal/verbal.

- a) A busca por informação têm transformado a maneira como nos relacionamos.
- b) É necessário que os cidadãos se dediquem à leitura crítica.
- c) As habilidades a qual os cidadãos necessitam desenvolver são complexas.
- d) Muitos dados onde são expostos diariamente demandam análise.
- e) A análise dos dados são cruciais.

4. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho "Pelo contrário, a superficialidade e a desinformação podem proliferar, desafiando a capacidade crítica do indivíduo." PREJUDICA o sentido original ou a correção gramatical.

- a) A superficialidade e a desinformação podem proliferar, desafiando, porém, a capacidade crítica do indivíduo.
- b) Visto que a superficialidade e a desinformação podem proliferar, a capacidade crítica do indivíduo é desafiada.
- c) A capacidade crítica do indivíduo é desafiada, porquanto a superficialidade e a desinformação podem proliferar.
- d) Embora a superficialidade e a desinformação possam proliferar, a capacidade crítica do indivíduo é desafiada.
- e) A superficialidade e a desinformação, pelo contrário, proliferam, e por isso desafiam a capacidade crítica do indivíduo.

TEXTO II

"Não se pode negar que a complexidade dos desafios contemporâneos exige soluções multidisciplinares. É fundamental que as políticas públicas reflitam essa necessidade, integrando diferentes saberes para promover o bem-estar social. Ignorar essa interconexão é condenar-se a abordagens fragmentadas, cujos resultados serão, inevitavelmente, limitados e ineficazes. Portanto, a colaboração entre diversas áreas do conhecimento torna-se não apenas desejável, mas absolutamente imprescindível para o progresso." (Fonte: adaptado da internet)

5. Considerando a norma-padrão da Língua Portuguesa, a colocação pronominal está INCORRETA em:

- a) Falar-se-á de política pública.
- b) Tem-se visto a necessidade de soluções conjuntas.
- c) Embora exija-se solução, o diálogo é escasso.
- d) Não nos esqueçamos da importância da colaboração.
- e) Poder-se-ia considerar nova abordagem.

6. No período "É fundamental que as políticas públicas reflitam essa necessidade, integrando diferentes saberes para promover o bem-estar social", a oração destacada classifica-se como:

- a) Oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.
- b) Oração subordinada adverbial consecutiva reduzida de infinitivo.
- c) Oração subordinada adverbial causal reduzida de infinitivo.
- d) Oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de infinitivo.
- e) Oração principal.

7. Analise as frases a seguir, baseadas nas ideias do Texto II, e assinale a alternativa que apresenta ERRO de concordância nominal.

- a) Soluções multidisciplinares são necessárias para os desafios.
- b) Os resultados obtidos foram meio desanimadores.
- c) Houve bastante esforço e crítica anexo.
- d) Água e ar puros são essenciais à vida.
- e) Anexos seguem os documentos.

8. No trecho "cujos resultados serão, inevitavelmente, limitados e ineficazes", a forma verbal em destaque indica uma ação:

- a) concluída no passado, com reflexos no presente.
- b) hipotética, cuja realização é incerta.
- c) futura, expressando uma certeza ou consequência.
- d) contínua, com início no passado e projeção no futuro.
- e) iniciada no presente, com término incerto.

RACIOCÍNIO MATEMÁTICO*Eduardo Mocelin*

9. Durante uma apreensão de drogas, a Polícia Militar do Paraná encontrou dois tipos de pacotes: os menores contendo 6 kg de substância ilícita e os maiores contendo 11 kg. A carga total apreendida foi de 200kg.

O menor número possível de pacotes apreendidos será:

- a) 19
- b) 20
- c) 21
- d) 22
- e) 23

10. O tamanho de um parafuso é especificado pelo seu diâmetro em centésimos de polegada. Se um parafuso é do "tamanho 38", então seu diâmetro é igual a 38 centésimos de polegada. Sabendo que 1 polegada equivale a 2,54 cm, um parafuso de "tamanho 45" terá um diâmetro aproximadamente igual a

- a) 10,6 mm.
- b) 11,0 mm.
- c) 11,4 mm.
- d) 11,8 mm.
- e) 12,2 mm.

11. O número de operações realizadas pelo Batalhão A há quatro anos era igual ao número de operações realizadas pelo Batalhão B hoje. Desde então, o número de operações do Batalhão A permaneceu o mesmo, enquanto o Batalhão B teve um aumento de 20%. Sabendo que, atualmente, os dois batalhões somam 6.000 operações, o número de operações realizadas pelo Batalhão B há quatro anos era:

- a) 2.500
- b) 2.600
- c) 2.700
- d) 2.800
- e) 2.900

12. Considere a afirmação:

"Todo concurseiro estudioso é aprovado."

A partir dessa afirmação, é correto concluir que

- a) existe concurseiro estudioso que não é aprovado.
- b) não existe concurseiro que não seja aprovado e não seja estudioso.
- c) se um concurseiro não é aprovado, então não é estudioso.
- d) se um concurseiro não é estudioso, então não é aprovado.
- e) se um concurseiro é aprovado, então é estudioso.

13. Considere as afirmações:

- I. Se Enzo é estelionatário, então Fernando é falsificador.
 - II. Carlos é corrupto ou Diego é difamador.
 - III. Arnaldo é assaltante ou Bruno é bandido.
 - IV. Se Diego é difamador então Arnaldo é assaltante.
- Sabe-se que as afirmações II e III são verdadeiras e que as demais são afirmações falsas.
- A partir dessas afirmações é correto concluir que
- a) Arnaldo é assaltante e Diego é difamador.
 - b) Carlos é corrupto ou Arnaldo é assaltante.
 - c) Bruno é bandido e Enzo não é estelionatário.
 - d) Bruno é bandido ou Fernando é falsificador.
 - e) Enzo é estelionatário e Carlos é corrupto.

14. Uma operação policial requer a formação de uma equipe composta por agentes de três unidades distintas, sendo selecionados dois agentes de cada unidade, totalizando seis integrantes. As unidades Alpha, Bravo e Charlie possuem, respectivamente, quatro, seis e sete agentes disponíveis. O número total de maneiras distintas de formar essa equipe será:

- a) 270
- b) 378
- c) 630
- d) 1.890
- e) 15.120

15. Em todos os bairros de Curitiba, o policiamento pode ser ou normal ou reforçado. O comando da Polícia Militar constatou que, em dias com policiamento normal, a probabilidade de ocorrer um crime em um bairro X da cidade de Curitiba é de 12%. Quando há policiamento reforçado, essa probabilidade reduz para 2%. Sabendo que amanhã há 40% de chance do bairro X ter policiamento normal, a probabilidade de ocorrer um crime no local será:

- a) 4%
- b) 4,8%
- c) 5,2%
- d) 5,6%
- e) 6%

INGLÊS

Adolfo Sá

Brazil and Interpol to expand collaboration in fighting crime

Brazil and Interpol have signed a declaration of intent aimed at expanding collaboration. The act was signed during a visit by President Luiz Inácio Lula da Silva to the institution's headquarters in Lyon, France, on Monday (Jun. 9).

"One of the perverse consequences of globalization is the work of criminal groups across national borders. Crime is evolving at an unprecedented speed, requiring urgent and coordinated multilateral action," said the Brazilian president, further affirming that police cooperation will remain a priority in Brazilian foreign policy.

"To fight crime effectively, we need to stop its financing mechanisms—especially money laundering. No single country will be able to stamp out transnational crime on its own," he added, mentioning policies adopted by the current Brazilian government to combat these crimes.

Among the goals listed in the document are supporting the technological and institutional modernization of public security bodies in Brazil and Latin

America and protecting vulnerable groups and human rights during police operations.

Since November 2024, Interpol has been headed by Brazilian Federal Police officer Valdecy Urquiza, who was elected the new secretary-general of the 196-nation organization. He is the first representative of a developing country to hold this position in Interpol's 100 years of existence.

President Lula said it was an honor for Brazil and the Federal Police to have a Brazilian in Interpol's highest position as a result of the country's credibility in the fight against organized crime. The president praised Urquiza's work and dedication. In his view, the role of the police today is more complex than at any other time in history.

"In organized crime, you don't just deal with a gang, you don't just deal with groups. They're veritable multinational enterprises working within companies, politics, in the judiciary, in soccer, everywhere in culture. It's like an octopus using its tentacles to take over everything that's wrong in the world," he stated.

In Urquiza's view, the agreement with Brazil will inspire other countries to deepen their integration with the international community. He also announced the creation of a new international task force—the result of dialogue with South American police chiefs at a meeting held in Brasília last month.

The move focuses on tackling transnational criminal organizations operating in the region. "The integrated force will bring together specialists, intelligence data, and technological resources from Interpol to assist countries in the region carrying out joint operations. Our goal is clear—to weaken the control structures of these organizations, disrupt their financial flows, and bring their leaders to justice," he declared.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/geral/noticia/2025-06/brazil-and-interpol-expand-collaboration-fighting-crime>

16. According to the text, the declaration of intent between Brazil and Interpol aims to:

- a) Promote cultural exchange between law enforcement agencies.
- b) Expand cooperation in the fight against transnational crime.
- c) Create new embassies in Latin America.
- d) Train Brazilian athletes in France.
- e) Develop agricultural projects in partnership with France.

17. According to the text, what is essential to fight crime effectively?

- a) Isolating nations from global influence.
- b) Increasing the number of local prisons.
- c) Disrupting the financial networks used by criminal organizations.
- d) Reducing police forces in foreign countries.
- e) Replacing international laws with national ones.

18. The document signed in Lyon includes goals such as:

- a) Promoting exports of Brazilian products.
- b) Creating a single Latin American police force.
- c) Supporting modernization and protecting human rights.
- d) Establishing a new headquarters for Interpol in Brazil.
- e) Reducing Interpol's presence in developing nations.

19. The organized crime is compared to an octopus in order to:

- a) Highlight the legal complexity of international treaties.
- b) Emphasize the many ways crime can be beneficial to society.
- c) Illustrate how deeply and widely it infiltrates different areas.
- d) Suggest that organized crime is harmless and slow.
- e) Show that organized crime is confined to underwater activities.

20. In the sentence "The move focuses on tackling transnational criminal organizations operating in the region.", the verb TACKLING could not be replaced by:

- a) Combating
- b) Fighting
- c) Confronting
- d) Dealing with
- e) Overlooking

21. Read the following paragraph.

"In organized crime, you don't just deal with a gang, you don't just deal with groups. They're veritable multinational enterprises working within companies, politics, in the judiciary, in soccer, everywhere in culture. It's like an octopus using its tentacles to take over everything that's wrong in the world," he stated.

The pronoun ITS refers to:

- a) organized crime
- b) a gang
- c) judiciary
- d) octopus
- e) world

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

22. O token de certificado digital, que se encaixa na porta USB dos computadores, na maioria dos casos, é um periférico de:

- a) Entrada e saída.
- b) Saída.
- c) Entrada.
- d) Não é um periférico.
- e) Flutuante.

23. No Windows, é possível ativar um menu à direita da tela que possibilita a escolha de várias formas para configurar a projeção de imagens. Qual letra corresponde à tecla de atalho padrão para essa opção?

- a) CTRL + G
- b) WIN + P.
- c) SHIFT + T
- d) WIN + A.
- e) CTRL + B.

24. Uma planilha no Excel tem os valores mostrados na figura abaixo:

	A	B	C	D	E	F
1	2024					
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						

O usuário se posicionou na célula A1 e arrastou a alça de preenchimento até a célula A12. Dessa forma, podemos concluir que na célula A10 aparecerá o valor:

- a) 2031
- b) 2030
- c) #erro
- d) 2020
- e) 2024

25. No Word, no menu Propriedades, localizado no lado direito da tela do menu Arquivo/Informações, NÃO é possível:

- a) verificar o tamanho do documento.
- b) verificar a quantidade de palavras do documento.
- c) verificar a quantidade de páginas do documento.
- d) verificar a quantidade de caracteres do documento.
- e) verificar o tempo total de edição do documento.

26. Sobre o protocolo POP, responda:

- a) É utilizado para o envio de mensagens de email com uma maior velocidade de transmissão.
- b) É utilizado para a troca de páginas entre computadores utilizando criptografia.
- c) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, retira as mensagens do servidor e realiza a leitura na máquina do usuário.
- d) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, realiza a leitura no servidor.
- e) Não permite configurações adicionais em seu servidor.

27. No Google Chrome, o usuário digitou a opção “Estados do Brasil” filetype:pdf. Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele?

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão “pdf” no texto.
- b) Serão exibidos os arquivos pdf que têm exatamente a expressão “Estados do Brasil”, escrita dessa forma e nessa sequência.
- c) Serão exibidos os arquivos pdf que têm qualquer uma das palavras contidas na expressão “Estados do Brasil”.
- d) Serão exibidos os arquivos pdf que não têm nenhuma das palavras contidas na expressão “Estados do Brasil”.
- e) Serão exibidos quaisquer arquivos que tenham exatamente a expressão “Estados do Brasil”, escrita dessa forma e nessa sequência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

28. O Poder Constituinte é classificado em Originário e Derivado, com diversas características que o distinguem. Assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte Originário é inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado, sendo capaz de criar uma nova ordem jurídica de acordo com sua conveniência, independentemente de normas ou limitações anteriores.
- b) O Poder Constituinte Originário, ao ser exercido, submete-se às normas da constituição vigente, sendo condicionado pelos princípios fundamentais estabelecidos no ordenamento jurídico anterior.
- c) O Poder Constituinte Derivado está restrito ao poder de reforma constitucional e não pode modificar quaisquer normas estruturais da Constituição, limitando-se a aspectos secundários e organizacionais do Estado.

d) O Poder Constituinte Derivado é condicionado pelas cláusulas pétreas, mas não possui limites circunstanciais.

e) O Poder Constituinte Derivado se manifesta somente no processo de elaboração de constituições estaduais, não podendo interferir na Constituição Federal.

29. A respeito da classificação das Constituições e das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) A supremacia material da norma constitucional decorre de sua rigidez, isto é, da existência de um processo legislativo distinto, especial e mais dificultoso.
- b) As cláusulas pétreas estabelecem limites temporais e circunstanciais de alteração da Constituição Federal.
- c) As normas programáticas, embora abstratas, possuem eficácia plena, produzindo os seus efeitos independentemente de regulamentação.
- d) As normas de eficácia limitada possuem eficácia jurídica imediata, direta e vinculante.
- e) Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, as normas de eficácia contida são aquelas que asseguram determinado direito, que não poderá ser exercido enquanto não for regulamentado pelo legislador ordinário.

30. No que concerne aos direitos e garantias fundamentais, especificamente no Capítulo destinado à Nacionalidade, é correto afirmar que:

- a) O cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça é privativo de brasileiro nato.
- b) São brasileiros naturalizados os que adquiram a nacionalidade brasileira, sendo exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência no Brasil por seis meses ininterruptos.
- c) O brasileiro que obtiver reconhecimento de sua nacionalidade secundária pela lei estrangeira perderá a nacionalidade brasileira.
- d) São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, em qualquer condição.
- e) A perda da nacionalidade será declarada, dentre outras hipóteses, quando o brasileiro tiver cancelada a sua naturalização por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização.

31. Carlos, após regular processo judicial, foi condenado em sentença penal transitada em julgado à pena privativa de liberdade de dois anos. No mesmo período, ele planejava ingressar com uma ação popular contra um contrato irregular firmado pelo governador do estado Beta, que, segundo ele, causava prejuízo ao erário. Diante dessa situação, consultou seu advogado para saber se poderia ajuizar a demanda.

Foi corretamente esclarecido a Carlos que:

- a) a condenação penal transitada em julgado acarreta a suspensão de seus direitos políticos, impedindo-o de propor a ação popular;
- b) por não ter sido condenado à perda da nacionalidade brasileira, ele mantém o direito de ajuizar a ação popular;
- c) a suspensão dos direitos políticos não impede o ajuizamento da ação popular, pois esta visa à tutela do interesse coletivo;

d) apenas a condenação superior a quatro anos impede o ajuizamento da ação popular, pois nesse caso há cassação automática da cidadania;

e) mesmo com a condenação penal, Carlos mantém sua plena capacidade jurídica para ingressar com a ação popular.

32. À luz do que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta no que concerne à repartição de competências entre os entes federativos.

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito processual, tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) Os Estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos.
- c) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias que se inserem na competência privativa da União.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação, orçamento, educação, cultura e desporto.
- e) No âmbito da legislação concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspenderá a eficácia da lei estadual editada no exercício da competência legislativa plena, ainda que lhe seja contrária.

33. Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

- a) A execução das atividades inerentes à defesa civil, assim como das de preservação da ordem pública, cabe, precipuamente, às polícias militares.
- b) A repressão do crime de tráfico de entorpecentes que tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme é atribuição das polícias estaduais.
- c) A segurança pública tem como finalidades precípuas preservar a ordem pública e garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- d) O exercício do direito de greve por policiais civis somente é aceito pela CF quando comprovadamente não houver prejuízo para a segurança pública.
- e) Incumbem às polícias civis a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais contra a ordem política e social, excetuadas as infrações de natureza militar.

34. Acerca do meio ambiente, marque o item correto.

- a) É vedada a instalação de usinas nucleares em todo o território nacional.
- b) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas é uma incumbência dada pela constituição ao Estado, cidadão e coletividade.
- c) A Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, por serem considerados como patrimônio nacional, são bens da União.
- d) Quem, de qualquer forma, explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- e) Quaisquer condutas ou atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, somente pessoas físicas, a sanções penais,

administrativas e civis, todas de forma independente uma da outra.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

35. Durante fiscalização de rotina, um agente da vigilância sanitária municipal constatou que um açougue operava sem alvará e em desacordo com normas de higiene. Diante disso, aplicou multa e determinou a suspensão das atividades até regularização. A conduta do agente configura o exercício de qual poder da Administração Pública?

- a) Poder Hierárquico
- b) Poder Disciplinar
- c) Poder Vinculado
- d) Poder de Polícia
- e) Poder Normativo

36. Um hospital público estadual continuou utilizando prontuários físicos, mesmo após a disponibilização de sistema eletrônico integrado e treinamentos oferecidos pela administração. A medida causava atrasos em atendimentos. Não houve justificativa técnica para a manutenção do sistema obsoleto. Essa conduta representa violação a qual princípio da Administração Pública?

- a) Impessoalidade
- b) Legalidade
- c) Moralidade
- d) Eficiência
- e) Publicidade

37. Um diretor de escola pública determinou a remoção de um servidor para outro setor da instituição, alegando reiteradas ausências injustificadas do servidor ao trabalho, conforme registrado em folha de frequência. No contexto dos elementos do ato administrativo, a justificativa apresentada pelo diretor refere-se a qual elemento?

- a) Finalidade
- b) Competência
- c) Objeto
- d) Motivo
- e) Forma

38. Um superintendente de uma autarquia federal editou ato formal delegando a um servidor de outro órgão público a competência para praticar determinados atos administrativos relacionados a questões jurídicas específicas, devido à maior especialização técnica do servidor. No entanto, incluiu no mesmo ato a atribuição para edição de atos normativos complementares. Considerando a Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:

- a) A delegação é inválida, pois a competência para edição de atos normativos não pode ser delegada.
- b) A delegação é plenamente válida, desde que o servidor aceite expressamente a atribuição.
- c) A delegação só será válida se o órgão destinatário for hierarquicamente subordinado.
- d) O ato de delegação é permitido, mas apenas se a competência tiver sido originalmente atribuída por lei infraconstitucional.
- e) A delegação é válida, desde que a competência para editar atos normativos seja compartilhada.

39. Um gestor público autorizou o pagamento integral por serviços de manutenção em veículos oficiais antes da verificação da efetiva execução contratual, mesmo tendo recebido alertas da equipe técnica sobre pendências nos serviços prestados. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, essa conduta poderá ser enquadrada como ato de improbidade administrativa:

- a) Se causar prejuízo ao erário, independentemente da intenção do agente.
- b) Apenas se houver enriquecimento ilícito do agente ou de terceiro.
- c) Desde que seja demonstrado dolo na conduta.
- d) Mesmo que praticada de forma culposa, se violar princípios da administração pública.
- e) Apenas se os serviços tiverem sido prestados com sobrepreço ou superfaturamento.

40. A Secretaria Municipal de Saúde contratou diretamente um médico especialista para ministrar palestra em evento técnico, justificando notório saber e singularidade do serviço. Simultaneamente, a Secretaria de Obras adquiriu materiais de construção no valor de R\$ 35.000, sem licitação, para pequenas reformas, com base nos limites legais. À luz da Lei nº 14.133/2021, essas contratações representam, respectivamente:

- a) Dispensa por valor e inexigibilidade por inviabilidade de competição.
- b) Inexigibilidade por emergência e dispensa por inexigibilidade técnica.
- c) Inexigibilidade por notória especialização e dispensa por valor.
- d) Dispensa por notório saber e inexigibilidade por baixo custo.
- e) Inexigibilidade por singularidade e inexigibilidade por critério econômico.

41. Um servidor público federal solicitou acesso a um documento produzido por órgão de inteligência, alegando interesse acadêmico. O órgão negou o pedido com base na classificação do documento como “secreto”. Conforme a Lei nº 12.527/2011, essa restrição ao acesso, se mantida a classificação, poderá vigorar por prazo máximo de:

- a) 10 anos, contados da solicitação de restrição de acesso.
- b) 10 anos, contados da data de produção do documento.
- c) 15 anos, contados da data de produção do documento.
- d) 20 anos, contados da data de produção do documento.
- e) 20 anos, contados da solicitação de restrição de acesso.

DIREITO PENAL COMUM

Ivo Martins

42. De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos civis e penais da sentença condenatória.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não se aplica aos fatos anteriores.
- c) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, assim como no momento do resultado.
- d) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

43. Dentre as alternativas abaixo, marque a INCORRETA:

- a) A conduta típica do crime de Prevaricação é retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- b) A *novatio legis incriminadora*, como norma retroativa, é a lei que não existia no momento do cometimento da conduta e que passa a considerar como crime a ação ou omissão realizada.
- c) No que concerne ao conflito aparente de normas penais, aplica-se o princípio da alternatividade aos tipos penais de conteúdo variado, já que, embora havendo diversas formas de conduta no mesmo tipo penal, apenas um único delito será consumado, independentemente da quantidade de condutas praticadas no mesmo contexto.
- d) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- e) Com base nas disposições constitucionais é correto dizer que o direito penal brasileiro não admite penas de banimento e de trabalhos forçados.

44. No crime de homicídio, caberá a concessão do chamado perdão judicial:

- a) se o agente cometeu o delito impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima.
- b) nas hipóteses de homicídio doloso, ocasião em que o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- c) nas hipóteses de homicídio culposo, ocasião em que o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- d) se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada.
- e) quando o homicídio for praticado mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.

45. Atílio ingressa na residência de Bruno, sem consentimento, porém desiste de cometer a subtração. Nesse caso, se a desistência ocorreu em razão do funcionamento do sistema de alarme do imóvel, pode-se dizer que Atílio responderá pelo crime de:

- a) invasão de domicílio, em face da desistência voluntária.
- b) furto tentado.
- c) invasão de domicílio e furto tentado em concurso material.
- d) não há crime.
- e) furto tentado, em face de arrependimento eficaz.

46. Na hipótese de uma terceira pessoa desviar a mão de Juca no exato instante em que este efetuava disparos de arma de fogo em direção ao peito de Tarson, vindo apenas a lhe gerar lesão corporal, tal hipótese fará com que Juca responda por:

- a) lesão corporal.
- b) legítima defesa de terceiros.
- c) lesão corporal grave (perigo de vida).
- d) tentativa de homicídio.
- e) disparo de arma de fogo em concurso com tentativa de homicídio.

47. As lesões corporais estão compreendidas nos dispositivos dos Crimes contra a Pessoa do Código Penal. Sobre esse assunto, marque a alternativa correta.

- a) As lesões corporais dividem-se em dolosas e culposas e ambas são subdivididas em leves, graves e gravíssimas.
- b) A incapacidade permanente para o trabalho configura lesão grave.
- c) A incapacidade para as ocupações habituais por 30 dias está relacionada à lesão corporal grave.
- d) A antecipação do parto caracteriza lesão gravíssima.
- e) O conceito legal de lesão leve é obtido por exclusão.

48. Leôncio, funcionário público, responsável pelo cofre de banco público, percebe que Adélio, seu colega, está desviando dinheiro da instituição. Diante dessa situação, Leôncio, ao invés de denunciar Adélio, decide se apropriar de uma parte do valor desviado, utilizando-se do fato de ser o funcionário responsável pela guarda de tais valores. Considerando a situação hipotética, qual o crime praticado por Leôncio:

- a) Peculato-apropriação, pois Leôncio se apropriou de dinheiro público em razão do cargo.
- b) Peculato-desvio, pois Leôncio desviou o dinheiro público em proveito próprio.
- c) Peculato-apropriação e peculato-furto, em concurso material, pois Leôncio se apropriou e subtraiu o dinheiro.
- d) Peculato-furto, pois Leôncio se valeu da facilidade proporcionada pela sua função para subtrair o dinheiro.
- e) Peculato-desvio e peculato-furto, pois Leôncio desviou e subtraiu o dinheiro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM

Renan Araújo

49. Egídio responde a processo por determinado crime, tendo sido citado para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. Egídio apresenta tempestivamente sua resposta à acusação. Posteriormente, entra em vigor nova lei, alterando o prazo de apresentação da resposta à acusação para apenas 05 dias apenas. Após a alteração legislativa, o MP adita a denúncia para incluir o réu Pedro, que também é citado para apresentar resposta à acusação.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) A lei nova deve ser aplicada tanto a Egídio quanto a Pedro, de forma que Egídio deverá apresentar novamente sua resposta à acusação.
- b) A lei nova não será aplicável no referido processo.

c) A lei nova somente seria aplicável ao processo caso fosse benéfica aos acusados.

d) A lei nova somente terá aplicação a partir da próxima fase processual.

e) a lei nova é aplicável imediatamente ao processo em curso, mas somente aos atos processuais futuros, de forma que Pedro deverá apresentar resposta à acusação em 05 dias, mas isso não prejudica a validade da resposta à acusação já apresentada por Egídio.

50. O CPP estabelece que “o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.”

Pode-se dizer que a referida previsão legal se refere ao sistema:

- a) do livre convencimento motivado.
- b) da prova tarifada.
- c) da certeza moral do legislador.
- d) da certeza moral do juiz.
- e) da íntima convicção.

51. Carlos Eduardo, reincidente em crime doloso, foi preso em flagrante por policiais militares da PMPR logo após ter furtado o aparelho celular de um cliente numa oficina mecânica no centro da cidade de Londrina-PR, tendo sido conduzido à presença da autoridade policial local pela suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Segundo consta, após informada do fato criminoso, a Polícia iniciou imediata perseguição ao agente, ao final da qual ele foi capturado, logo após o crime, em situação que fazia presumir ser o autor do fato.

Nesse caso:

- a) Deverá o delegado comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra apenas ao Juiz competente e ao Ministério Público.
- b) Será cabível a decretação de prisão preventiva pelo Juiz, de ofício ou a requerimento do MP ou por representação da autoridade policial.
- c) Trata-se de modalidade de flagrante conhecida como flagrante presumido.
- d) A falta de testemunhas da infração não impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante, desde que o APFD seja assinado também por duas pessoas que tenham presenciado a apresentação do preso à autoridade policial.
- e) Nesse caso, a fiança somente poderá ser arbitrada pela autoridade judiciária.

52. Nos processos que tramitam pelo rito do Júri, a absolvição sumária será cabível quando, ao final da instrução preliminar, o Juiz verificar que:

- a) não há prova da existência do fato imputado.
- b) não há indícios suficientes de autoria ou participação do acusado no crime.
- c) restou comprovada a presença de causa de exclusão da ilicitude, como a legítima defesa.
- d) há prova da inimputabilidade penal do agente por doença mental, mesmo que existam outras teses defensivas.

e) há indícios de que o fato foi praticado amparado por excludente de culpabilidade, como a coação moral irresistível.

53. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ao autor de infração de menor potencial ofensivo que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
- b) Ao autor do crime de furto em sua forma simples (pena: reclusão, de 01 a 04 anos, e multa) não será possível o oferecimento de proposta de transação penal, por não se tratar de infração de menor potencial ofensivo, mas será possível o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.
- c) É constitucional norma estadual que prevê a possibilidade da lavratura de termos circunstanciados pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiro Militar.
- d) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- e) A imposição de pena restritiva de direitos ou multa, decorrente do acordo de transação penal, não gera reincidência e não constará de certidão de antecedentes criminais para quaisquer fins.

54. Acerca da fiança, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público terá vista do processo antes de o Juiz decidir sobre a concessão de fiança, a fim de requerer o que julgar conveniente.
- b) Se, por engano, a fiança for tomada em valor insuficiente, esta deverá ser reforçada.
- c) A fiança poderá ser prestada por meio de depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar.
- d) Em caso de prática, pelo afiançado, de nova infração penal dolosa, será considerada quebrada a fiança.
- e) Não se admitirá fiança quando se tratar de crime hediondo ou equiparado, ainda que praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa.

55. Felipe foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de resistência simples (pena: detenção, de dois meses a dois anos). Entendendo que não havia justa causa, o Juiz do competente Juizado Especial Criminal rejeitou a denúncia.

Em face de tal decisão, será cabível a interposição de:

- a) recurso de apelação, no prazo de 05 dias.
- b) recurso de apelação, no prazo de 10 dias.
- c) agravo em execução, no prazo de 05 dias.
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

56. Quanto à Aplicação da Lei Penal Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- b) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irreversível.
- c) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- d) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, desde que o agente não esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.
- e) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

57. Quanto ao Crime, previsto no CPM, assinale a alternativa correta:

- a) O resultado de que depende a existência do crime é imputável a quem lhe deu causa ou não. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) A omissão é relevante como causa quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem tenha por lei ou por obrigação moral o dever de cuidado, proteção ou vigilância; a quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; e a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco de sua superveniência.
- c) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelos atos já praticados e pelos que pretendia praticar.
- e) No erro de fato, terá a pena reduzida quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.

58. Quando ao concurso de agentes, previsto no CPM, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.
- b) A punibilidade de qualquer dos concorrentes depende da dos demais.
- c) A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.
- d) Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.
- e) Quando o crime é cometido por inferiores hierárquicos e um ou mais oficiais, são estes

considerados cabeças, assim como os inferiores hierárquicos que exercem função de oficial.

59. Sobre as penas principais, assinale a alternativa correta:

- a) São penas principais previstas no CPM, a morte, a reclusão, a detenção, a prisão, o impedimento, a suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e a reforma.
- b) A pena de morte será executada por enforcamento.
- c) A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de cinco dias após a comunicação.
- d) A pena privativa da liberdade por mais de 2 (dois) anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões, também, poderá gozar.
- e) Como regra, o civil cumpre a pena aplicada pela Justiça Militar em estabelecimento prisional militar.

60. Quanto à aplicação da pena prevista no CPM, assinale a alternativa incorreta:

- a) A reincidência, quando não integrante ou qualificadora do crime, agrava a pena.
- b) O civil que cometer crime em estado de embriaguez sempre terá sua pena agravada, sendo a embriaguez preordenada ou não.
- c) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.
- d) Ser o agente menor de 21 anos ou maior de 70 anos é uma circunstância que sempre atenua a pena.
- e) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.

61. Quanto ao livramento condicional previsto no CPM, assinale a alternativa correta:

- a) O condenado à pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que tenha cumprido um terço da pena, se primário.
- b) Para o benefício do livramento condicional, no caso de condenação por infrações penais em concurso, deve ter-se em conta a pena de cada delito em sua individualidade.
- c) Se o condenado é primário e menor de vinte e um ou maior de setenta anos, o tempo de cumprimento da pena pode ser reduzido a um terço para fins de livramento condicional.
- d) A sentença não precisa especificar as condições a que fica subordinado o livramento.
- e) Não é obrigatória a revogação do livramento condicional em caso de cometimento de infração penal no curso do benefício.

62. A respeito dos Crimes Contra a administração Militar, assinale a alternativa correta:

- a) Constitui crime de desacato o ato de desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade.
- b) Diferente do direito penal comum, o Código Penal Militar não traz a previsão de extinção da pena, no caso do peculato-culposos, quando houver reparação do dano antes da sentença irrecorrível.
- c) O crime de excesso de exação ocorre quando o agente exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- d) Considera-se crime de corrupção ativa quando o agente solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- e) A emissão de cheque sem fundos em favor de outro militar, ou atentando contra a administração militar, não caracteriza crime, devendo o fato ser analisado na esfera cível.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

63. À luz do Código de Processo Penal Militar, o prazo para conclusão do inquérito policial militar quando o indiciado estiver preso será de:

- a) 30 dias.
- b) 10 dias.
- c) 20 dias.
- d) 5 dias.
- e) 08 dias.

64. O inquérito policial militar tem como características, exceto:

- a) indispensabilidade.
- b) sigiloso.
- c) escrito.
- d) inquisitivo.
- e) dispensável.

65. Um soldado da Polícia Militar do Paraná praticou o crime militar de calúnia, previsto no art. 214 do CPM, contra um capitão da mesma corporação. Nessa situação hipotética, pode-se afirmar que o tipo de ação penal nesse caso é:

- a) Ação penal pública condicionada à representação.
- b) Ação penal de iniciativa privada personalíssima.
- c) Ação penal de iniciativa privada exclusiva.
- d) Ação penal pública incondicionada.
- e) Ação penal pública condicionada à requisição.

66. No caso de acusado solto, de acordo com o Código de Processo Penal Militar, o prazo para o Ministério Público oferecer a denúncia, contados da data do recebimento dos autos para este fim, é de:

- a) 10 dias.
- b) 20 dias.
- c) 05 dias.
- d) 08 dias.
- e) 15 dias.

67. O processo inicia-se com:

- a) o recebimento da denúncia.
- b) o oferecimento da denúncia.
- c) a citação.
- d) a precatória.
- e) a intimação

68. À luz do Código de Processo Penal Militar, marque a alternativa abaixo que traz uma hipótese de suspeição do juiz:

- a) se for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.
- b) como advogado ou defensor, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau inclusive.
- c) se ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.
- d) se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- e) se ele próprio, ou seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, for parte ou diretamente interessado.

69. No que tange à Lei Processual Penal no tempo e no espaço, marque a alternativa incorreta:

- a) O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.
- b) Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.
- c) A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expressões. Os termos técnicos hão de ser entendidos em sua acepção especial, salvo se evidentemente empregados com outra significação.
- d) Os casos omissos neste Código serão supridos pela jurisprudência, somente.
- e) Obedecerão às normas processuais previstas neste Código, no que forem aplicáveis, salvo quanto à organização de Justiça, aos recursos e à execução de sentença, os processos da Justiça Militar Estadual, nos crimes previstos na Lei Penal Militar a que responderem os oficiais e praças das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

70. Com relação à vigência das leis, assinale a alternativa correta.

- a) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente promulgada.
- b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo de *vacatio legis* manterá seu curso normal.
- c) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique, revogue, ou que deixe de vigorar pelo desuso.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- e) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

71. Com relação à pessoa natural, é correto afirmar que são relativamente incapazes:

- a) Os maiores de 14 e menores de 18 anos de idade.
- b) As pessoas com deficiência mental.
- c) Os analfabetos.
- d) Os indígenas.
- e) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

72. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) É anulável o negócio jurídico quando a lei proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
- b) As nulidades podem ser arguidas por qualquer interessado.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- d) A anulabilidade tem efeito antes de julgada por sentença.

e) É de 4 anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso do de coação, do dia em que ela cessar.

73. Com relação às obrigações alternativas, assinale a alternativa correta.

- a) A escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- b) O devedor pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação, e parte em outra.
- c) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- d) Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao devedor a escolha, se não houver acordo entre as partes.
- e) Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação, ou se tornada inexequível, o débito se extingue.

74. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Haverá obrigação de reparar o dano, exigida a comprovação da culpa, quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco a direitos de outrem.
- b) São responsáveis pela reparação civil os que, gratuita ou onerosamente, houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- c) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho menor pode reaver o que houver pago, a partir de quando o filho causador do dano alcançar a maioridade civil.
- d) Se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão, em partes iguais, pelo valor da reparação.
- e) Independe da comprovação de prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Fábio Ramos*

75. Monteiro, oficial recém-formado da PM-PR, que desconhece sobre o Código da Polícia Militar do Estado do PR, foi perguntar a Ramos, mais antigo, que é também oficial da PM, sobre a dispensa para casamento. Ramos respondeu corretamente que a dispensa seria de:

- a) até oito dias.
- b) oito dias.
- c) dez dias.
- d) até dez dias.
- e) quinze dias.

76. Conforme a Constituição do Estado do Paraná, a Polícia Militar do Estado é comandada por oficial da ativa do último posto e subordina-se ao

- a) Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Presidente da República.
- d) Governador do Estado.
- e) Comando da Força Nacional.

77. A Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, Lei Estadual nº 16.575, estabelece que a Polícia Militar, nos termos da legislação federal pertinente, operacionalmente, subordina-se,

- a) ao Governador do Estado do Paraná.
- b) ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.
- c) ao Secretário de Justiça do Estado do Paraná.
- d) ao Presidente da República.
- e) ao Comandante da PM do Estado do Paraná.

78. Clovis vai prestar prova para a Polícia Militar do Estado do Paraná (PM-PR) e queria saber como é a hierarquia nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Foi explicado a ele que, em razão de seu regime jurídico constitucional militar e dos fundamentos das Forças Armadas, deve-se observar a seguinte estrutura básica:

- a) Oficiais, podendo ser aspirante a oficial, cadete ou aluno-oficial.
- b) Praças especiais, podendo ser subtenente, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento, aluno-sargento, cabo, soldado, aluno-soldado.
- c) Oficiais superiores, sendo eles coronel, tenente-coronel e primeiro-tenente.
- d) Oficiais intermediários, Capitão.
- e) Praças, podendo ser tenente, primeiro e segundo sargento.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE***Lilian Novakoski*

79. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, assegura os direitos das crianças e dos adolescentes, com fundamento nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta. Sobre os direitos fundamentais previstos no ECA, assinale a alternativa correta.

- a) O direito à vida e à saúde pode ser restringido por decisões administrativas, desde que devidamente fundamentadas.
- b) O direito à liberdade compreende apenas a livre manifestação de opinião, sendo vedado à criança ou adolescente expressar sua religiosidade.
- c) Aquele que submete adolescente maior de 16 anos à exploração sexual comete infração punível com detenção e multa.
- d) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da criança e do adolescente.
- e) Os direitos fundamentais são condicionados à situação econômica da família da criança ou do adolescente.

80. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando um adolescente pratica ato infracional, são previstas medidas específicas com caráter pedagógico. Assinale a alternativa que não corresponde a uma medida socioeducativa prevista na legislação.

- a) Advertência.
- b) Obrigação de reparar o dano.
- c) Prisão simples em estabelecimento penal.
- d) Prestação de serviços à comunidade.
- e) Liberdade assistida.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>